

Despacho nº 143/2020 - SEMAUR/SAPG

20 de julho de 2020.

À
SEMAUR/DCIM/SINCG
Sr. Túlio Alves Matta

Senhor Supervisor,

Favor dar prosseguimento ao Memorando nº 4578/2020/SG em anexo, referente às consultas sobre denominação de logradouro, propostas pelo Vereador Carlos Alberto de Mello, para *Rua Soldado José Pereira Neto*, popularmente conhecida como Rua "H", no Bairro São Geraldo; *Rua Irene Tavares Pires*, popularmente conhecida como Rua "G", no Bairro São Geraldo; *Rua Ana Maria Neves Lima*, popularmente conhecida como Rua "D2", no Bairro São Geraldo; e *Rua Maria das Dores Batista*, popularmente conhecida como Rua "D1", no Bairro São Geraldo.

Apesar de não haver prazo para resposta, favor nos retornar com a mesma se possível até o dia 28/07/2020.

Atenciosamente,

Valter Fernando Devott SEMAUR/SAPG Supervisor Tr.



Secretaria de Governo

Av. Brasil, 2001 / 9° andar - Centro - CEP: 36060-010 – Juiz de Fora - MG Tel: (32) 3690- 7731 - Fax: (32) 3690 – 7719 - sg@pjf.mg.gov.br

Ofício nº 6044/2020/SG

Juiz de Fora, 01 de setembro de 2020

Exm°. Sr. Carlos Alberto de Mello Vereador da Câmara Municipal de Juiz de Fora 36016-000 - Juiz de Fora - MG

Referência: Memorando nº 1876/2020/SEPLAG-JF

Assunto: Denominação de Logradouro

Senhor Vereador,

Em atendimento à solicitação de Consulta de Denominação de Logradouro, segue manifestação da Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano e Secretaria de Planejamento e Gestão.

Atenciosamente,

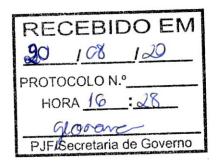
Secretário de Governo



Memorando Nº 1876/2020/SEPLAG-JF

De: Lívia Delgado Rodrigues Subsecretária de Planejamento do Território SEPLAG-JF/SSPLAT

Para: Ricardo Alexandre Nogueira Miranda Secretário de Governo SG quarta-feira, 19 de agosto de 2020



Assunto: Memorando 430/2020 - Semaur - Consulta para denominação de logradouro público.

Prezado(a) Senhor(a),

Trata o presente de consulta formulada pela Câmara Municipal acerca da regularidade de logradouro para fins de denominação, em cumprimento ao disposto no inciso II do art. 162 do seu Regimento Interno.

Art. 162. O logradouro, praça, próprio e qualquer outro bem público municipal não poderá ser designado com nome de pessoa viva, devendo a proposição estar acompanhada de:

I - certidão de óbito;

II - pesquisa realizada pela Prefeitura de Juiz de Fora, mediante consulta formalizada pelo Vereador sobre a denominação de que trata o caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se este artigo para a proposição que visa a alteração da denominação pública de que trata o seu caput.

Após análise, a SEMAUR/DCIM constatou que se trata de área particular e que não pertence a loteamento aprovado, atestando a inviabilidade da proposição à vista de pareceres jurídicos sobre o tema.

Sob o prisma do planejamento urbano e à luz do disposto nos §§ 5°, 6° e 7° do art. 40 do Decreto 9117/07 que regulamenta o Código de Posturas Municipal, não se tratam de vias públicas por não serem provenientes de parcelamento devidamente aprovado pelo Poder Executivo ou que tenha sido repassadas à municipalidade.

§ 5º Entende-se por via particular a via existente no interior de propriedade privada, ainda que aberta à circulação de público, e que não faz parte de loteamento devidamente aprovado pelo Poder Executivo.

§ 6º As vias e logradouros particulares deverão ser identificadas, pelos seus



proprietários, através de placas, informando "VIA/LOGRADOURO PARTICULAR".

§ 7º Entende-se por logradouro público a denominação genérica de qualquer via, avenida, alameda, praça, viradouro, largo, travessa, beco, jardim, ladeira, parque, viaduto, ponte, galeria, rodovia, estrada ou caminho que faça parte de parcelamento devidamente aprovado pelo Poder Executivo, ou que tenha sido repassado à municipalidade, através do competente instrumento legal.

Segundo reunião promovida por essa Secretaria de Governo, para alinhamento do posicionamento da Semaur e Seplag acerca das propostas de denominação de logradouros públicos, de iniciativa do Legislativo, a partir do entendimento da Procuradoria, ficou acordado que a Semaur indicaria a inviabilidade da denominação nas Consultas realizadas para esse fim, para aqueles logradouros localizados em loteamentos irregulares, o que foi feito.

Ainda, informaria a existência de processo de Regularização Fundiária de Interesse Específico - Reurb-E em andamento para aquele parcelamento, o que não consta deste expediente.

Caso não fosse identificado nenhum processo de Reurb-E, a Seplag se manifestaria quanto a existência de processo de Regularização Fundiária de Interesse Social - Reurb-S, em andamento nesta pasta.

A esse respeito, é devido informar que a área onde se encontram as vias em questão - 'D1', 'D2', 'G' e 'H' -, não é parte de Zona de Especial interesse Social - ZEIS ou se encontra em processo de regularização fundiária de interesse social.

Atenciosamente,

Lívia Delgado Rodrigues

Subsecretária de Planejamento do Território

Rômulo Rodrigues Veiga Secretário de Planejamento e Gestão



Memorando nº 5821/2020/SG

12 de agosto de 2020

De:

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

SG

Para: Rômulo Rodrigues Veiga

Secretário de Planejamento e Gestão

SEPLAG

Referência: Memorando nº 430/2020 - SEMAUR/GAB

Assunto: Consulta de Denominação de Logradouro

Encaminho, para conhecimento e providências cabíveis, a demanda descrita. Favor se manifestar se o logradouro esta localizado em área pública e se existe processo de regularização em aberto referente a área.

Considerando a necessidade de cumprimento de prazos previstos na legislação, indico a data do dia <u>19 de agosto de 2020,</u> para retorno da resposta a esta Secretaria.

Atenciosamente,

Ricardo Miranda

Jandenufammen (

Secretário de Governo



Memorando nº 5821/2020/SG

12 de agosto de 2020

De:

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

SG

Para: Rômulo Rodrigues Veiga

Secretário de Planejamento e Gestão

SEPLAG

Referência: Memorando nº 430/2020 - SEMAUR/GAB

Assunto: Consulta de Denominação de Logradouro

Encaminho. para conhecimento e providências cabíveis, a demanda descrita. Favor se manifestar se o logradouro esta localizado em área pública e se existe processo de regularização em aberto referente a área.

Considerando a necessidade de cumprimento de prazos previstos na legislação, indico a data do dia 19 de agosto de 2020, para retorno da resposta a esta Secretaria.

Atenciosamente.

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

Jandeum January



Memorando nº 471/2020 - SEMAUR/GAB.

07 de agosto de 2020.

De:

Luís Cláudio Santos Pinto

PREFEITURA DE JUIZ DE LO Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano SECRETARIA DE GOVERNO

Av. Brasil, 2001 - 9º Andar

Para: Ricardo Miranda

Secretário de Governo

CEP: 36060-010-JUIZ DE ECRA

Assunto: Consultas sobre denominação de logradouro - informação - presta.

Referência: Memorando nº 5697/2020/SG de 03/082020.

Anexo: 1) Cópia do Despacho nº 152/2020 - SEMAUR/SSAUR de 07/08/2020.

2) Cópia do Despacho nº 334/2020 - SEMAUR/SAPG de 05/08/2020.

3) Cópia do Memorando nº 5697/2020/SG.

4) Cópia do Memorando nº 430/2020 - SEMAUR/GAB. de 24/07/2020 e seus anexos.

Senhor Secretário,

Em atenção à solicitação constante do memorando da referência, encaminhamos a V. Sa. as informações complementares prestadas pelo Subsecretário de Assuntos Ambientais e Urbanos desta Secretaria, relacionadas ao "Bairro São Geraldo", local onde se encontram inseridos os logradouros objetos das proposições de denominação de logradouro em comento.

Atenciosamente,

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

Luis Codo Ltos 17to

REØEBIDO EM

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (SEMAUR)

Telefone: (32) 3690-7142 e (32) 3690-7201

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, 1.843 / 1°, 2°, 3°, 5° e 6° andares - Centro

CEP: 36013-020 - Juiz de Fora/MG



Despacho nº 152/2020 - SEMAUR/SSAUR

URGENTE

DE:

Adair Sebastião da Rocha Elpes

SEMAUR/SSAUR- SUBSECRETÁRIO

PARA: Luis Cláudio Santos Pinto

SEMAUR/SECRETÁRIO

Ref.: Memorando nº 5697/2020/SG e Despacho nº 334/2020 - SEMAUR/SAPG

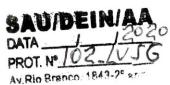
Sr. Secretário, considerando os documentos em referência e as informações do DCIM/SINCG, em anexo, informo que não localizamos projeto em análise no DLU/SAPAR Relativo a parcelamento de solo no Bairro São Geraldo, todavia, reiteramos indicativo de consulta à Secretaria de Planejamento desta PJF quanto a eventual processo de regularização da área em epígrafe, fundamentado em parametrização de cunho social.

Juiz de Fora, 07 de agosto de 2020

Adair Sebastião da Rocha Elpes

SEMAUR/SUBSECRETÁRIO

PROT. SAPG № <u>418</u> DATA: <u>0 + 1 08 1 2020</u>



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (Semaur) Subsecretaria de Assuntos Ambientais e Urbanos (SSAUR)

Telefone: (32) 3690-7201

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, 1.843/1°, 2°,3° andares - Centro



Despacho nº 334/2020 - SEMAUR/SAPG

05 de agosto de 2020.

De:

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

- URGENTE -

Para: Adair Sebastião da Rocha Elpes

SEMAUR/SSAUR

Assunto: Consultas de Denominação de Logradouro.

Senhor Subsecretário.

Submeto à análise e manifestação de V. Sa. a solicitação constante do Memorando 5697/2020/SG, em que solicita "...se manifestar se o logradouro está localizado em área pública e se existe processo de regularização em aberto referente à área".

Cumpre-nos ressaltar que o Supervisor da SINCG/DCIM/SSAUR/ SEMAUR se manifestou, anteriormente, informando "...que as denominações propostas são INVIÁVEIS, pois não existe projeto de loteamento aprovado para os logradouros indicados, sendo a área no Bairro São Geraldo particular.".

Favor atentar ao prazo de retorno da resposta determinado pela SG. nos retornando com a mesma se possível dia 07/08/2020.

Atenciosamente.

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano



Memorando n°5697/2020/SG

03 de agosto de 2020

De:

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

SG

Para: Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

SEMAUR

Referência: Memorando nº 430/2020 - SEMAUR/GAB

Assunto: Consulta de Denominação de Logradouro

Encaminho, para conhecimento providências cabíveis, е a demanda descrita. Favor se manifestar se o logradouro esta localizado em área pública e se existe processo de regularização em aberto referente a área.

Considerando a necessidade de cumprimento de prazos previstos na legislação, indico a data do dia 10 de agosto de 2020, para retorno da resposta a esta Secretaria.

Atenciosamente,

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

Av.Rio Branco, 1843-2º andar



Memorando nº 430/2020 - SEMAUR/GAB.

24 de julho de 2020.

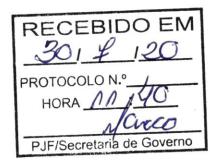
De:

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

Para: Ricardo Miranda

Secretário de Governo



Assunto: Consultas sobre denominação de logradouro – informação – presta.

Referência: Memorando nº 4578/2020/SG de 16/07/2020.

Anexo: 1) Cópia do Despacho s/nº - SEMAUR/SSAUR/DCIM/SINCG de 21/07/2020.

- 1.1) Cópia da "Consultas sobre denominação de logradouro público".
- 1.2) Cópia do Despacho nº 296/2019 SEMAUR/SAPG de 13/11/2019.
- 1.3) Cópia do Memorando nº 3408/2019/SEPLAG-JF de 08/11/2019.
- 1.4) Cópia do Memorando s/nº PGM/Procurador Geral de 22/10/2019.
- 1.5) Cópia do Parecer PGM/DEPCONSU de 11/10/2019.
- 2) Cópia do Despacho nº 143/2020 SEMAUR/SAPG de 20/07/2020.
- 3) Cópia do Memorando nº 4578/2020/SG e anexos.

Senhor Secretário,

Em atenção à solicitação constante do memorando da referência, informamos a V. Sª. haver impedimento técnico quanto às denominações de logradouros, propostas pelo Ilustre Vereador Carlos Alberto de Mello, para *Rua Soldado José Pereira Neto* (Rua "H"), *Rua Irene Tavares Pires* (Rua "G"), *Rua Ana Maria Neves Lima* (Rua "D2") e *Rua Maria das Dores Batista* (Rua "D1"), todas situadas no Bairro São Geraldo, conforme informações prestadas pelo Supervisor de Informações Cadastrais Georreferenciadas do Departamento de Cadastro Imobiliário Municipal desta Secretaria, que anexou inclusive ao presente expediente parecer jurídico da PGM, justificando a inviabilidade de denominação dos logradouros em comento.

No entanto, conforme observado também pelo supracitado Supervisor, a SEPLAG deverá ser consultada a fim de verificar se existe processo de regularização da área em que os logradouros foram implantados.

Atenciosamente,

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Secretaria de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano (SEMAUR)

Telefone: (32) 3690-7142 e (32) 3690-7201

Endereço: Av. Barão do Rio Branco, 1.843 / 1°, 2°, 3°, 5° e 6° andares - Centro

CEP: 36013-020 - Juiz de Fora/MG



A SEMAUR/SAPG

Em atendimento ao despacho nº 143/2020 – SEMAUR/SAPG, referente a consulta para a denominação de logradouro, temos a informar:

Informamos que de acordo com parecer da PGM (memorando 1829-PGM de 27/10/2019) que avaliou a situação das denominações de "logradouros e acesso particulares com características de públicos", que as denominações propostas são <u>INVIÁVEIS</u>, pois não existe projeto de loteamento aprovado para os logradouros indicados, sendo a área no Bairro São Geraldo particular.

No entanto, a SEPLAG deverá ser consultada para verificar se existe processo de regularização da área em que os logradouros foram implantados.

Juiz de Fora, 21 de julho de 2020.

Túlio Alves Matta SEMAUR / SSAUR / DCIM / SINCG SUPERVISOR

CEP: 36013-020 - Juiz de Fora-MG





SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1217 - Rua Soldado Jose	é Pereira Neto	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprovaç	ão do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento nã	o foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída	a outro logradouro	Resposta
A denominação proposta já pertence a um	outro logradouro	INVIÁVEL
Observaçã	ies	1.40
nviável, conforme despacho nº 347/2018-SA	NU/DEIN/SAPG.	

À Secretaria de Governo

CONCLUSÃO

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria de Atividades Urbanas



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprovaçã	io do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento não	
Quanto à denominação proposta ser atribuída a A denominação proposta já pertence a um o	outro logradouro	Resposta
4 denominação proposta ! é	outro logradouro	INVIÁVEL

Inviável, conforme parecer PGM anexo ao despacho nº 143/SEMAUR/SAPG.

CONCLUSÃO

À Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Claúdio Ricardo C. de Oliveira

Secretaria desetividades durbanas



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1229 - Rua Irene Tay	ares Pinto	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprova	ção do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento n â	ío foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída a	a outro logradouro	Resposta
A denominação proposta já pertence a um		INVIÁVEL
Observaçõ	es	
Inviável, conforme parecer PGM, anexo ao d	espacho nº 143/SE	EMAUR/SAPG.

CONCLUSÃO

À Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria de Atividades Urbanas

SEMAUR / SSAUR / DCIM



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1216 - Rua Irene Ta	vares Pires	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprova	ção do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento n â	ío foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída		Resposta
A denominação proposta já pertence a um	outro logradouro	INVIÁVEL
Observaçã	čes	-
nviável, conforme despacho nº 347/2018-SA	AU/DEIN/SAPG.	
,		
CONCLUSÃ	ĂΟ	
À Secretaria de 0		
Informo que a pesquisa solicitada denominção é inviável.	foi concluída e qu	e a proposta de
		Em 22/07/2020
stema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Públ	p Eu	22/07/2020 do C. de Oliveira
-	Secretaria de Ativi	

172.20.21.191/sislog/action/Relatorio/impressoSPU.php

1/1



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1218 - Rua Ana Maria	Neves Lima	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprova	ção do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento nã	io foi aprovado
Quanto à denominação proposta ser atribuída a	outro logradouro	Resposta
A denominação proposta já pertence a um o	outro logradouro	INVIÁVEL
Observaçõe		
nviável, conforme despacho nº 347/2018-SAU	U/DEIN/SAPG.	

CONCLUSÃO

À Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria del Antionio de de Orbanas

SEMAUR / SSAUR / DCIM



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1358 - Rua Ana Maria	Neves Lima	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprova	ção do loteamento
O logradouro não possui denominação.	2.00	io foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída	a outro logradouro	Resposta
A denominação proposta já pertence a um	outro logradouro	INVIÁVEL
Observaçã	čes	
Inviável, conforme parecer PGM, anexo ao d	espacho nº 143/SE	EMAUR/SAPG.
CONCLUSA	ÃO	
À Secretaria de	Governo	

A Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

C. de Oliveira

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria de Atividades Mrhanas



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1232 - Rua Maria das [Oores Batista	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprovaç	ão do loteamento
O logradouro não possui denominação.	O loteamento nã	o foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída a	a outro logradouro	Resposta
A denominação proposta já pertence a um	outro logradouro	INVIÁVEL
Observaçõ	es	
viável, conforme parecer PGM, anexo ao d	espacho nº 143/SE	MAUR/SAPG.

CONCLUSÃO

À Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria de Atividades Urbanas



SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS Consulta sobre denominação de logradouro público

PESQUISA REALIZADA

1359 - Rua Maria das C	Oores Batista	
Quanto ao logradouro já possuir denominação	Quanto à aprova	ção do loteamento
O logradouro não possui denominação.		io foi aprovado.
Quanto à denominação proposta ser atribuída a A denominação proposta já pertence a um	outro logradouro	Resposta INVIÁVEL
Observaçõe	es	
iviável, conforme parecer PGM, anexo ao de	espacho nº 143/SE	MAUR/SAPG.

CONCLUSÃO

À Secretaria de Governo

Informo que a pesquisa solicitada foi concluída e que a proposta de denominção é inviável.

Em 22/07/2020

Sistema de Consulta Sobre denominação de Logradouro Público

22/07/2020

Secretaria de Atividades Urbanas

SEMAUR / SSAUR / DCIM



Despacho nº 296/2019 - SEMAUR/GAB.

13 de novembro de 2019.

De:

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

Para: Adair Sebastião da Rocha Elpes

SEMAUR/SSAUR

Assunto: Propostas de denominação de logradouros - Loteamentos irregulares / áreas particulares.

Referência/Anexo: 1) Memorando nº 3408/2019/SEPLAG-JF de 08/11/2019.

2) Cópia Memorando s/nº - Procurador Geral de 22/10/2019.

3) Cópia do parecer jurídico PGM de 11/10/2019.

Senhor Subsecretário,

Submeto à análise de V. Sa., e a adoção de eventuais providências que se fizerem necessárias, os pareceres jurídicos da Procuradoria Geral do Município, encaminhados pelo Sr. Secretário da SEPLAG-JF, relacionados à análise técnica de propostas de denominação de logradouros em loteamentos irregulares / áreas particulares.

Atenciosamente,

Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano



Memorando Nº 3408/2019/SEPLAG-JF

sexta-feira, 08 de novembro de 2019

De: Lúcio Roberto Lima Sá Fortes Secretário de Planejamento e Gestão SEPLAG-JF

Para: Luis Claudio Santos Pinto Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano SEMAUR

Assunto: Proposta de denominação de logradouro - Loteamento irregular.

Prezado(a) Senhor(a),

Face a manifestação do Sr. Procurador Geral em anexo, remeto-lhe o presente expediente para ciência e providências que se fizerem necessárias no que tange a análise de viabilidade de denominação de logradouro, para que cumpra-se as diretrizes consignadas pela PGM sobre o tema.

Atenciosamente,

Lúcio Roberto Lima Sá Fortes Secretário de Planejamento e Gestão

> SAU/DEIN/AA DATA 12 / 11 / 19 PROT. Nº 539-1490 Av.Rio Branco, 1843-2" and ar

Secretaria de Planejamento e Gestão

ida Brasil, 2001 - 5º Andar - Centro - Tel: 36907275 - Email: xxx@pjf.mg.gov.br / CEP: 36010060 - Juiz de Fora - MG



De:

Edgar Souza Ferreira

Procurador-geral do Município – PGM

Para: Lúcio Roberto Lima Sá Fortes

Secretário de Planejamento e Gestão

Referência: Protocolo nº 1829/19 - PGM.

Assunto: Proposta de denominação de logradouro - loteamento irregular.

Prezado Sr. Secretário.

Recebi o expediente administrativo de referência contendo a consulta jurídica formulada pela Câmara Municipal, através do vereador Carlos Alberto de Mello, acerca da possibilidade de denominação de alguns logradouros, indicados às fls. 18.

A questão foi, primeiramente, apreciada pelos setores técnicos e, em seguida, submetida à análise do Departamento de Procuradoria Consultiva -DEPCONSU, que exarou o parecer anexo, concluindo (i) pela inviabilidade técnica de se denominar os logradouros indicados pelo nobre edil, já que todos estão em áreas particulares, (ii) pela excepcional possibilidade de se denominar logradouros que estejam em processo de regularização fundiária, acaso a SEPLAG ateste objetivamente tal situação, (iii) pela propositura de ADI contra o teor do art. 85, parágrafo único da Lei Orgânica do Município, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 06/2017, o qual permite a denominação de logradouros irregulares.

Corroborando o entendimento proferido pelo DEPCONSU, retorno-lhe o presente para que:

> 1) seja dado conhecimento à Secretaria de Governo acerca das conclusões dessa Procuradoria, para que:

> > PREFEITURA DE JUIZ DE FORA Procuradoria Geral do Município Telefone: (32) 3690-7250

JF / DEAV Brasil, 2001 / 1° andar - Centro - Juiz de Fora/MG - CEP: 36060-010

M. PROTOCOLO: 440



- a) oficie à Câmara Municipal, na pessoa do vereador solicitante, acerca da impossibilidade de se denominar os logradouros objeto da solicitação encaminhada;
- b) noticie à SEMAUR para que, ao apreciar/aprovar as Consultas sobre viabilidade de Denominação de Logradouro Público, observe as diretrizes consignadas pela PGM acerca do tema.
- 2) de ora em diante os setores técnicos dessa Pasta apliquem as conclusões do aludido parecer nas análises de projeto de Lei encaminhados pelo Legislativo que tratam de denominação de logradouros.
- 3) por fim, cabe registrar que foi encaminhado ao DEPCONT/PGM cópia de parecer referente ao mesmo assunto (Protocolo 1828/2019 PGM) para avaliação da viabilidade da propositura de ADI contra o teor do art. 85, parágrafo único, da Lei Orgânica Municipal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 06/2017.

Sendo o que tinha a pontuar, fineza conhecer e adotar as providências cabíveis, acima indicadas.

Atenciosamente,

Juiz de Fora, 22 de outubro de 2019.

Édgar Souza Ferreira Procurador-geral do Município



A PGM/DEPCONSU

Juiz de Fora, 11 de outubro de 2019.

Drª Fabiana A. Fortes de Almeida Rollo

Referência: Protocolo 1829/2019 -PGM

Assunto: Proposta de denominação de logradouro - Loteamento Irregular

Srª Gerente,

cuida-se de remessa a este DEPCONSU, com atribuições definidas pela Lei Municipal nº 13.830/2019, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 13.601/2019, em razão de encaminhamento do Dr. Procurador Geral, solicitando apreciação de questionamentos feitos pela SAU e pela SEPLAG sobre aspectos peculiares relativos à denominação de logradouros /acessos em parcelamentos irregulares consolidados.

Primeiramente, necessário que se registre o fato de que este expediente foi distribuído a esta subscritora em julho de 2019 que, devido à demanda de outros processos/expediente, teve oportunidade de analisá-lo apenas por agora.

Em setembro de 2018, via memorando nº 7366/2018/SG, o então Secretário de Governo remeteu à antiga SAU cópia de documentos de Consulta sobre Denominação de Logradouro Público (CDLP) feita pela Câmara Legislativa local, por seu Vereador Carlos Alberto de Mello (fls. 01-19). Destaca o pedido de reavaliação feito pelo I. Vereador, visto que a primeira consulta informou quanto à inviabilidade da denominação pretendida, devido à irregularidade dos parcelamentos.

As fls. 18, consta consulta da antiga SAU/DCIM ao PGM/DPPUMA, tendo em vista que os acessos que a Câmara indica para receber denominação oficial se encontram em áreas particulares, não integrando loteamento aprovado e registrado pela Municipalidade. O Sr. Supervisor informa, também, que "os acessos estão asfaltados, com rede de iluminação e energia, com características de ser um loteamento." Por fim, solicita-se parecer se o Município pode atribuir denominação aos locais, especialmente, tendo em vista o teor do art. 85, parágrafo único da LOM, inserido pela Emenda à Lei Orgânica nº 06/2017, in verbis:





Art. 85. A implantação da infraestrutura básica e de equipamentos urbanos e comunitários, destinados ao atendimento da população de baixa renda, independerá de reconhecimento de seus logradouros, da regularização urbanística ou de registro das áreas e de suas edificações, ficando sujeita a critérios especiais de urbanização, previstos em lei.

Parágrafo único. Os logradouros públicos que já apresentarem moradias habitadas, ainda que localizados em áreas não regularizadas e não convenientemente urbanizadas, receberão denominação oficial através de lei, levando-se em conta, preferencialmente, os nomes que a comunidade indicar, os quais em nenhuma hipótese, poderão contemplar pessoas vivas.

De forma a subsidiar a análise da Procuradoria, solicitou-se da SEPLAG manifestação técnica sobre o tema, nos seus aspectos urbanísticos (fls. 22 v). Às fls. 23 – 25, pondera aquela secretaria, em síntese, que a denominação oficial de via que não seja decorrente de loteamento aprovado causa problemas patrimoniais, urbanísticos e financeiros ao Município. Argumenta, também, que a denominação de via pública é competência do poder executivo, nos termos do art. 47, XIX da LOM a quem compete oficializar os logradouros públicos, competindo à Câmara, conforme o art. 26, XV autorizar alteração de denominação. Por fim, pondera que a denominação de via particular é atitude negativa do ponto de vista do ordenamento urbano, na medida em que não confere ao Município a propriedade da via, além de induzir a população a requerer do Executivo a implantação de infraestrutura urbana – ônus legal do loteador, nos termos da Lei Federal nº 6.766/1979.

É o relatório do essencial. Passa-se a opinar.

DA DENOMINAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS.

A denominação de logradouros e vias públicas é competência intrínseca do Município, já que se insere entre as medidas destinadas ao ordenamento urbano, nos termos do art. 182 da Constituição Federal. ¹

Observa-se que em recente decisão sobre o tema, reconhecido como de Repercussão Geral, o STF firmou a tese de que "É comum aos poderes Executivo (decreto) e Legislativo (lei formal) a competência destinada a denominação de próprios, vias e logradouros públicos e suas alterações, cada qual no âmbito de suas atribuições" (RE 1151237 – data do julgamento 03/10/2019).

¹Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar dos seus habitantes.





Logo, impõe-se que os arts. 47, XIX e 26, XV da LOM sejam interpretados em conformidade com a tese supra-citada, reconhecendo a competência comum entre os Poderes, com a possibilidade de denominação por lei ordinária e, também, por decreto do Executivo

Observa-se que a LOM, ao estabelecer as competências da Câmara Municipal e do Executivo sobre o tema, contempla sistemática mais restritiva que o entendimento consolidado pelo Supremo Tribunal Federal ao vincular a denominação de logradouro público à prévia aprovação de lei em sentido estrito, *in verbis*:

Art. 26. Cabe à Câmara Municipal, com a devida sanção do Prefeito, legislar sobre quaisquer matérias de interesse e competência legal do Município, e especialmente, sobre:

XV- autorizar a <u>alteração</u> da denominação de bens próprios, vias e logradouros públicos;

Art. 47. Compete ao Prefeito, entre outras atribuições:

XIX – oficializar, obedecidas as normas urbanísticas, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara Municipal.

Todavia, o novel entendimento consolidado no Supremo Tribunal Federal admite competência comum ao Executivo (Decreto) e ao Legislativo (Lei Formal) para denominar logradouros públicos ou alterar as denominações dos mesmos, devendo o mandamento da Lei Orgânica Municipal ser interpretado à luz da concepção recém-consolidada. Neste julgamento, entendeu o STF que a denominação de logradouros públicos não se configura matéria de estruturação e organização administrativas a impor competência privativa da iniciativa do processo legislativo ao Chefe do Poder Executivo. Podem Legislativo e Executivo, tanto proporem normas gerais sobre denominação de vias e logradouros públicos, quanto - pelos meios normativos próprios - denominarem logradouros públicos específicos.

Não resta dúvida, portanto, de que a Consulta sobre Denominação de Logradouro Público (CDLP) feita pelo Legislativo ao Executivo sobre a viabilidade de determinada denominação de logradouros e vias públicas é medida de cautela que contempla os valores que norteiam a política de ordenamento urbano, já que sua resposta informa ao Legislativo local sobre a possibilidade técnica de se denominar determinado logradouro público.

A título de ilustração, convém noticiar a sistemática adotada para identificação de logradouros públicos decorrentes de loteamentos aprovados e registrados. Pelo procedimento da Lei Federal nº 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo), suplementado pelo Lei Municipal nº 6.908/1986, quando da aprovação e posterior registro de projetos de loteamento, é atribuída usualmente identificação alfabética às ruas e passagens e são indicadas as praças que, quando do registro do loteamento, passam a ser públicos, nos termos do art. 22 da Lei Federal nº



6.766/1979. A partir daí, de acordo com o entendimento do STF, tanto o Legislativo, quanto o Executivo estão legitimados a denominar os logradouros.

DOS LOGRADOUROS E ACESSOS PARTICULARES COM CARACTERÍSTICAS DE PÚBLICOS.

Relevante dúvida repousa sobre como o Poder Público Municipal deve proceder quando o acesso que se pretende denominar (em que pese ser de **uso** irrestrito da população) se encontra em parcelamentos clandestinos/irregulares, sendo ainda integrantes formalmente de patrimônio particular, especialmente, considerando o estabelecido no art. 85, parágrafo único, da LOM, *in verbis*:

Art. 85. A implantação da infraestrutura básica e de equipamentos urbanos e comunitários, destinados ao atendimento da população de baixa renda, independerá de reconhecimento de seus logradouros, da regularização urbanística ou de registro das áreas e de suas edificações, ficando sujeita a critérios especiais de urbanização, previstos em lei.

Parágrafo único. Os logradouros públicos que já apresentarem moradias habitadas, ainda que localizados em áreas não regularizadas e não convenientemente urbanizadas, receberão denominação oficial através de lei, levando-se em conta, preferencialmente, os nomes que a comunidade indicar, os quais em nenhuma hipótese, poderão contemplar pessoas vivas.

Objetivamente, tais acessos não podem ser caracterizados como logradouros públicos, ainda que dotados de infraestrutura básica e atendidos por transporte público. Aqueles são resultado de parcelamentos irregulares – seja pela atuação de loteadores que agiram na clandestinidade, seja devido a ações de esbulho possessório.

Fato é que, no que se refere ao Poder de Polícia Preventivo vinculado à manutenção do ordenamento urbano, se estas ocupações existem, a omissão administrativa teve, também, papel de destaque.

Os núcleos urbanos informais e, por consequência, os acessos irrestritos em áreas formalmente particulares, são numerosos em todo o território nacional e motivaram a criação de instrumentos legais com o propósito de promover a regularização, titulando os ocupantes e, também, transferindo para o domínio público as vias e logradouros irregulares.

Especificamente, tem-se a vigente Lei Federal nº 13.465/2017 que instituiu os procedimentos de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) e a de Interesse Específico (Reurb-E) que são conduzidos pelos Municípios. No exercício da competência legislativa suplementar, insculpida no art. 30, II da Constituição Federal, o Município de Juiz de Fora editou a Lei Complementar Municipal nº 90/2019 que trata das Regularizações Fundiárias de Interesse Específico (Reurb-E) em seu território.



(1) a <u>inviabilidade</u> técnica de se denominar os logradouros indicados na Consulta sobre viabilidade de Denominação de Logradouro Público (CDLP) - nos termos do detalhado às fls. 15 - já que todos estão em áreas <u>particulares</u>. Excepcionalmente, todavia, seria admissível a denominação acaso a <u>SEPLAG</u> informe objetivamente que a área está em <u>processo de regularização fundiária</u>.

Entende-se, também, cabível:

(2) a propositura de ADI contra o teor do art. 85, parágrafo único da Lei Orgânica Municipal, com a redação determinada pela Emenda Constitucional nº 06/2017.

Por fim, (3) as peculiaridades e o alcance do tema sugerem a necessidade de uniformização do entendimento da PGM.

Importa registrar que o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município não possui caráter decisório, uma vez que a Lei Municipal nº 11.550/2008 delimita as atividades da Procuradoria, caracterizando-as como "atividades de consultoria e assessoramento jurídico". Não possui, tampouco, cunho vinculativo, cabendo ao gestor da pasta a decisão final quanto ao acolhimento ou não das razões exaradas por este setor jurídico, em decisão escrita e fundamentada.

Deste modo, em que pese a manifestação jurídica subsidiar a decisão do gestor, esta nunca terá caráter vinculativo, muito menos poderá ser considerada como a decisão em si.

Feitas estas observações, sugere-se, assim, acaso V. Sª comungue das considerações acima expostas, remessa para apreciação conclusiva do DD. Dr. Procurador Geral.

Sendo o que havia a ponderar, submeto à consideração de V. Sª sub

Att.,

сепѕита.

Garla de Oliveira Faver OAB-MG 84059 - Matr. 393444/1 Procuradora Municipal



Despacho nº 143/2020 - SEMAUR/SAPG

20 de julho de 2020.

À SEMAUR/DCIM/SINCG Sr. Túlio Alves Matta

Senhor Supervisor,

Favor dar prosseguimento ao Memorando nº 4578/2020/SG em anexo, referente às consultas sobre denominação de logradouro, propostas pelo Vereador Carlos Alberto de Mello, para *Rua Soldado José Pereira Neto*, popularmente conhecida como Rua "H", no Bairro São Geraldo; *Rua Irene Tavares Pires*, popularmente conhecida como Rua "G", no Bairro São Geraldo; *Rua Ana Maria Neves Lima*, popularmente conhecida como Rua "D2", no Bairro São Geraldo; e *Rua Maria das Dores Batista*, popularmente conhecida como Rua "D1", no Bairro São Geraldo.

Apesar de não haver prazo para resposta, favor nos retornar com a mesma se possível até o dia <u>28/07/2020</u>.

Atenciosamente,

Valter Fernando Devotti SEMAUR/SAPG Supervisor



Memorando nº 4578/2020/SG

16 de julho de 2020

De:

Ricardo Miranda

Secretário de Governo

SG

Para: Luís Cláudio Santos Pinto

Secretário de Meio Ambiente e Ordenamento Urbano

SEMAUR

Assunto: Consulta de Denominação de Logradouro

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Senhoria as cópias dos documentos em anexo, para facilitar a consulta da CDLP, referente aos nomes propostos, referenciado pelo Vereador Carlos Alberto de Mello.

Considerando a necessidade de cumprimento de prazos previstos na legislação, indico a data de 24 de julho de 2020, para retorno da resposta a esta Secretaria.

Nome proposto:

Rua Soldado José Pereira Neto Rua Irene Tavares Pires Rua Ana Maria Neves Lima Rua Maria das Dores Batista

Atenciosamente,

Ricardo Miranda

Secretário de Governo



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

RUA HALFELD, 955 - FONE: 3313-4700 36016-000 JUIZ DE FORA

Ofício Nº 85/2020-GAB-203 smc

Juiz de Fora, 14 de julho de 2020.

Ilmo. Sr. Ricardo Miranda Secretaria de Governo Av. Brasil, 2001, 9º andar - Centro Juiz de Fora/MG

Assunto: Consulta de Denominação de Logradouro

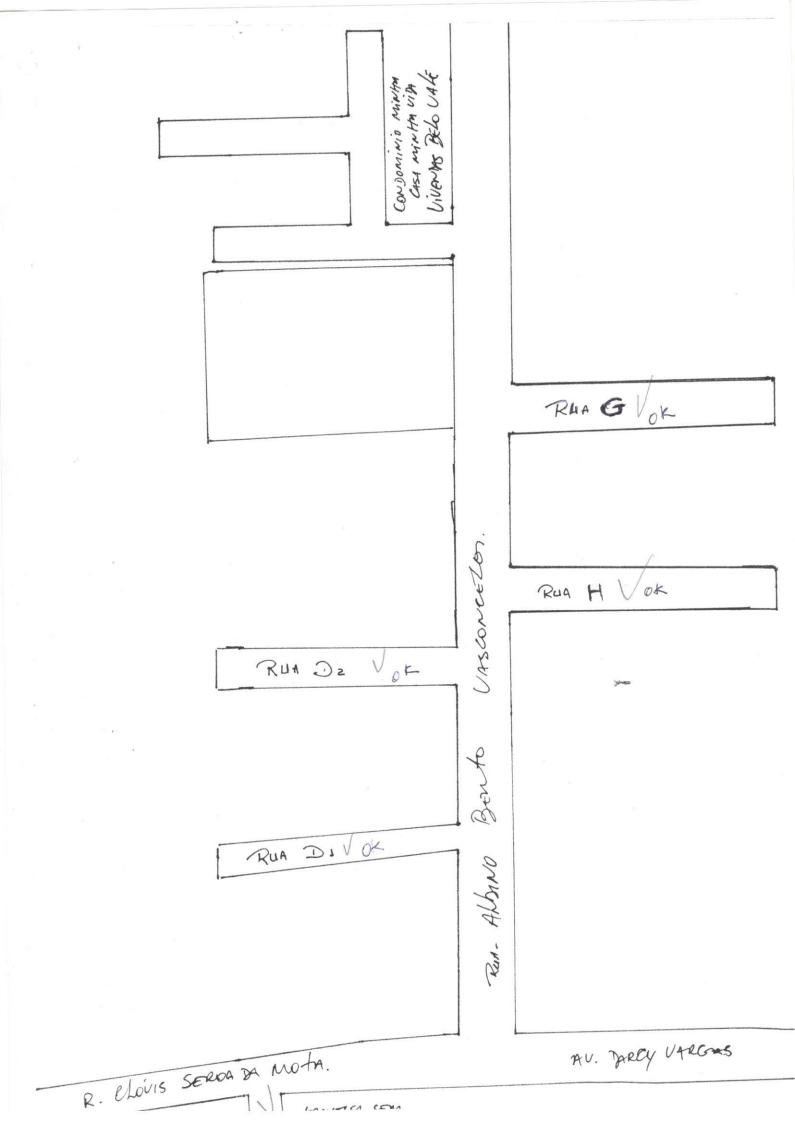
Com os cordiais cumprimentos, sirvo do presente para solicitar pesquisa necessária para encaminhamento de Projeto de Lei para denominação de logradouros no Bairro São Geraldo, das seguintes ruas: Rua "D1", Rua "D2", Rua "G" e Rua "H", conforme descritas nos formulários anexos com os nomes já propostos pelos moradores das respectivas ruas, anexo também croqui do local. A relevância desse pedido é para dar identidade aos moradores que ali residem pois estão tendo dificuldades para receberem correspondências e isso atrapalha suas obrigações civis cotidianas, neste sentido a necessidade dessa informação para que seja proposto a pedido dos moradores das referidas vias as denominações dos logradouros e assim tenham seus problemas resolvidos.

Atenciosamente,

Carlos Alberto de Mello - Casal

Vereador







CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Reservado a AAI

CONSULTA SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO

Data

Carlos Alberto de Mello - Sargento Mello - Casal-

13/07/2020

IDENTIFICAÇÃ	O DO	LOGRADOURO	
Bairro Lotean São Geraldo	nento		TIPO (Rua, Praça, Etc) Rua
Nome Atual ou Ponto de Referência Popularmente conhecida como rua "H", no Ba OBS: Primeira rua sem saída à Direita subi Previdenciários, anexo croqui do local.	irro Sã ndo a	o Geraldo. rua Albino Bento	Vasconcelos, sentido bairro
Nome Proposto			
Rua: Soldado José Pereira Neto.			
À AAI – Sra. Assessora		À DPU/GERUF	RB – Sr.Gerente
Solicito que seja promovida a pes necessária para encaminhamento da pro acima.	quisa posta	Solicito opina logradouro india adotada.	r se a denominação de cada acima poderá ser
Em 13/07/2020 Carlos Alberto de Mello		Em / / 20	
			Secretaria de Governo
PESQUI Logradouro já tem denominação		ALIZADA	
não	nã	nento Aprovação	Responsável pela pesquisa Pesquisa inclui dados em
sim, Lei nº de	sin	n	anexo não
A denominação proposta foi atribuída a outro	logrado	ouro	sim
não Loteamento			Em//
sim Bairro			
Tipo (Rua, Praça etc)			Carimbo e Assinatura
SGAI – Sr. Secretário		Ao Vereador	
À vista da pesquisa realizada, entendo denominação	que a	Informo conclus pedido de V. Exa Em/_	
			Secretário de Governo



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASII ESTADO DE MINAS GERAIS



Cartorio PINICA

Bel. Mariana Sad Albuquerque e Castro OFICIALA

Frederico de C. Albuquerque e Castro

3º Subdistrito - Registro Civil das Pessoas Naturais - Juiz de Fora - MG CERTIDAO DE OBITO

CERTIFICO que, aos 23 de maio de 2009, no livro 007 C, folha 121 e termo 3558, foi feito o registro de óbito de:

JOSE PEREIRA NETO

falecido dia 22 de maio de 2009, às 22:30h, no(a) Hospital Monte Sinai - Juiz de Fora -MG, do sexo masculino, profissão militar reformado, estado civil casado com ILDA DO CARMO ELERATI PEREIRA, natural de Rodeiro - MG, domiciliado e residente na Rua Nicolau Westerman nº106 Bairro Santa Luzia - Juiz de Fora - MG, com 66 anos de idade, filho de DANIEL PEREIRA DA SLVA e IOLANDA TAVARES PEREIRA.

Foi declarante ALONSO PEREIRA TAVARES, e o óbito foi atestado pelo(a) Dr. Luiz Eduardo Pittella Nascimento - CRM 32966, tendo sido a causa da morte: Disfunção Multipla Órgãos, Sepse Grave, Insuficiência Respiratória, Pneumonia; Neoplasia Metastática.

O sepultamento será feito no Cemitério Parque da Saudade, Juiz de Fora - MG. Autorizado o sepultamento antes de 24 Horas.

Observações: era eleitor, deixou bens, ignora se deixou testamento e deixou filho(s): Elizabeth 44 anos, Eliane 42 anos, Luciani 41 anos, Elis Regina 35 anos, Luiz Carlos 34 anos e Thiago 20 anos .

O referido é verdade e dou fé.

Juiz de Fora, 23 de maio de 2009.

1ª Certidão Gratuita

Rosangela de Fatima de Moraes Rosangela de Fatima de Moraes

SERVICO REGISTRAL distrito Pessoas Natura ADF 57811

aos órgão municipais que a referida rua seja devidamente denominada como José Pereira Nós, moradores da Rua "H " , bairro São Geraldo, vimos através deste abaixo assinado requerer Neto, morador antigo e atuante na região, que faz jus a referida homenagem.

Nombe Nombe OPF OPE 396 746-72 329846440 ABBROWN EVENTS OF While IN CONTROLL STATES OF THE TOP TO THE TOP THE TOP TO THE TOP THE TOP TO THE	14.	13.	12.	11.	10.	9.	.∞	7.	6.	5.	4.	ω.	2.		Zo
CPF Contation of Strate of	dis Regina Blissina	he that anakan is home had	N	Marior de doundes contro Amonal	The salk Oke Dr. dhh	Ray all Finta Enrandito	those Elect levis	Justilla Pereira Marcitano	olma Chara Chineira Session	Changing C. Whi	Bliane Elevati Perevice	Op	Moreiro	Limmo	Nome
	004579836-20 99905	300 50 84 88 65 h86	87 859184 CSOIK	045. 414 496. 20 2PO	62/134/1856 15 99936	@ 122 52421770 99213		114.541. 906-20 99817-	702-251-436-40 98708	t				958 396 746-72 3298	

aos órgão municipais que a referida rua seja devidamente denominada como José Pereira Neto, morador antigo e atuante na região, que faz jus a referida homenagem. Nós, moradores da Rua "H " , bairro São Geraldo, vimos através deste abaixo assinado requerer

.0	Nome Ratacis & Amaral Twompon Picke Jeva	CPF 589. 512. 646. 76 580. 026. 936. 04
17.		(00) 00 x 1 mg
18.		_
19.		
20.		
21.		
22.		
23.		
24.		
25.		
26.		
27.		
28.		
		- 1



CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

DE FORA Reservado a AAI

CONSULTA SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO

Carlos Alberto de Mello – Sargento Mello -Casal-

Data

13/07/2020

IDENTIFICAÇÃO DO LOGRADOURO									
São Geraldo	imento		TIPO (Rua, Praça, Etc) Rua						
Nome Atual ou Ponto de Referência Popularmente conhecida como rua "G", no B OBS: Segunda rua sem saída à Direita su Previdenciários, anexo croqui do local.	Bairro Sã bindo a	áo Geraldo. rua Albino Bento	Vasconcelos, sentido bairro						
Nome Proposto									
Rua: Irene Tavares Pires.									
À AAI – Sra. Assessora		À DPU/GERU	RB – Sr.Gerente						
Solicito que seja promovida a penecessária para encaminhamento da pracima.	Solicito opinar se a denominação de logradouro indicada acima poderá ser adotada.								
Em 13/07/2020 Carlos Alberto de Mello	Em / / 20 Secretaria de Governo								
DECOL	WOA DE		Secretaria de Governo						
Logradouro já tem denominação	N. Charles and Physics and Phy	ALIZADA nento Aprovação	Responsável pela pesquisa						
□ não	☐ nã		Pesquisa inclui dados em						
sim, Lei nº de	sin	n	anexo não						
A denominação proposta foi atribuída a outro	logrado	ouro	sim						
não Loteamento									
sim Bairro			Em//						
Tipo (Rua, Praça etc)		Carimbo e Assinatura							
SGAI – Sr. Secretário		Ao Vereador							
À vista da pesquisa realizada, entendo denominação	Informo conclusão de pesquisa realizada a pedido de V. Exa								
☐ é viável. ☐ não é viável. Em//		Em/							
			Secretário de Governo						

STANSARIO COLORO DE SERVICIO D

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

IRENE TAVARES PIRES

MATRICULA: 0562180155 2011 4 00128 034 0086889 19

SEXO COR ESTADO CIVIL E IDADE feminino // Branca // viúva, com 86 anos de idade // NATURALIDADE DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO **ELEITOR** Leopoldina - MG // M 1764816 - MG // era eleitora // FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA MIGUEL AUGUSTO PIRES (falecido) e RITA DA GAMA TAVARES (falecida), Rua H, 48/casa 02, Sagrado Coração de Jesus em Juiz de Fora - MG // DATA E HORA DE FALECIMENTO DIA MÉS ANO dois de março de dois mil e onze às 08:40 horas // 02/03/2011 // LOCAL DE FALECIMENTO Casa de Saúde - HTO em Juiz de Fora - MG // CAUSA DA MORTE Insuficiência Respiratória Aguda, Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica // SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO SE CONHECIDO DECLARANTE São Domingos/Santo Antonio do Aventureiro - MG // IRENOFRE FURTADO PIRES // NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO Vicente de Paula Reis CRM:12490 // OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES Deixou filhos - 09 Filhos: Miguel, Sidney, Welton, Vanderlei, Irenofre, Fátima, Eulália, Maria Auxiliadora,

Sibeli, deixou bens, não deixou testamento, nascido(a) em 18/03/1924, viúva de Onofre Furtado Pires.

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS 1º SUBDISTRITO Oficial: JOSÉ THADEU MACHADO COBUCCI Substituto: Frederico Moutinho Laguardia dos Santos Glr. Constança Valadares, 216, Centro Juiz de Fora - MG www.cartoriocobucci.com.br

NADA MAIS. //

O conteudo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

REGISTRO C 1º SUBDISTR José Thadeu Machado Corr OFICIAL GO Galeria Constança Valadares 36010-300 - Julz de Fora

aos órgão municipais que a referida rua seja devidamente denominada como Irene Tavares Pires, moradora antiga e atuante na região, que faz jus a referida homenagem. Nós, moradores da Rua "G " , bairro São Geraldo, vimos através deste abaixo assinado requerer

14.	13.	12.	11.	10.	9.		7.	57	5	4.	ů.	2	Ŀ	No
		Markey mankall	Wiste Signer Silver	Albren Raily Cines Veninsia	Will Piner Vendincio	Tigany, bourse Primo Herácio	Poriella Malado Durin Peis	Elizar Piras benancia Tilla	Adrigance Soponia de Silva Venomia	Edistra or Pin Umania	Jamos Aparecida de Souza	Ollmus Ochelo Comis	Comed that the board	Nome
	0 0	119.25 56, 10 62, 10 10 25 58, 10	2	167.127.116-25	002.674.726.09	84-964.408.661	054.912.936.81	164.692,476-28	94641234604	003 023 40660		852,172,396,20	131,053,246,07 92,09100-5219	CPF
	00011111111111	(23) 0101 202	[3167236 B (62)	(32) 98828-2790	8002789817.4968	(32) 98108-0173	32.98823.7767	32-92907-8772	32 9888 8668	15th 60006 66	484418 666 TE)	(32)3237-4091	61ts-00166 (TE	Contato

aos órgão municipais que a referida rua seja devidamente denominada como Irene Tavares Pires, moradora antiga e atuante na região, que faz jus a referida homenagem. Nós, moradores da Rua "G", bairro São Geraldo, vimos através deste abaixo assinado requerer

28.	27.	26.	25.	24.	23.	22.	21.	20.	19.	18.	17.	16.	15.	No
(exterse la source	Anduren Peneuro Saus	Janaian Elevati Pereira	Chisabith Charling by	John Regime Elevati Terrino	ORawwicio Comserva Libri	Gabriella iluvimo Pires	ENERY PINES VENEZUES	Elizabara Mina Uniontio I sportando	Morris annibicidad din	behin Somelly River Jenancio	This temor do de famido	the the commentation of Som to	Chandra das Charas Saita	Nome
111.322.906-35		958396746-72	622342856.15	004 579836-20	18 944 8 21 CC9	146 391 726.05	003.933.356.66	141 56 686 (18) 69- 985 . 954 . 050	331-234-98-15 99999-3284	065. 308. 486.22 988 25. 7732	029.828.366.29	886 151 886 - 68	031.928.526.07	CPF
38818-5051			999367503	999059347	999367503	99806.9503	98879.8355	the 56866 (19)	39999-3281	98825.7732				Contato

CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

CONSULTA SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO

Reservado a	AAI

Carlos Alberto de Mello - Sargento Mello -Casal-

Data

Secretário de Governo

- Cargonio Mello - Ca	14/07/2020								
IDENTIFICAÇÃO DO LOGRADOURO									
Bairro	mento			a, Praça, Etc)					
São Geraldo		and disclosed and party and	Rua	i, i raça, Etc)					
Nome Atual ou Ponto de Referência									
Popularmente conhecida como rua "D2" no F	3airro s	São Geraldo	163.653.652 had (2)						
Obs. Segunda rua sem saida a esquerda su	ubindo	a rua Albino Bent	o Vasconcelos	s, sentido bairro					
Nome Proposto									
RUA: Ana Maria Neves Lima									
		1							
À AAI – Sra. Assessora		À DPU/GERU	RB – Sr.Gerer	ite					
Solicito que seja promovida a pes	squisa	Solicito opina	ar se a dei	nominação do					
necessária para encaminhamento da pro acima.	The second secon	icada acima							
Em 14/07/2020		adotada.							
14/07/2020		Em / / 20							
- I darlas Albard - Mili									
Garlos Alberto de Mello		Secretaria de Governo							
PESQUI	SA RE	ALIZADA							
		nento Aprovação	Responsável	pela pesquisa					
□ não	□ nã			iclui dados em					
sim, Lei nº de		_	anexo	oldi dados em					
	sin								
A denominação proposta foi atribuída a outro I			sim						
não Loteamento									
sim Bairro			Em/	<u>/</u>					
Tipo (Rua, Praça etc)			Carimbo e A	ssinatura					
SGAI – Sr. Secretário		Ao Vereador							
À vista da pesquisa realizada, entendo q									
denominação	lue a	Informo conclus	são de nesquis	ra realizada a					
☐ é viável. ☐ não é viável.		pedido de V. Exa		a realizada a					
		Em/	1						
Em//									

REGISTRO CIVIL DO 1º SUBDISTRITO DA CIDADE DE JUIZ DE FORA - MG Galeria Constança Valadares, 1º Andar Salas 216/ 220 , Centro , Cep:36010-300

Telefone: (32)3217-3271

OFICIAL TITULAR: JOSÉ THADEU MACHADO COBUCCI OFICIAL SUBSTITUTA: DANIELA MARIA CO° CCI LAGUARDIA

ESCREVENTE: ELOZAINE LAZZARINI SANTOS

CERTIDÃO DE ÓBITO

Livro: 117 C - Folba: 019 V - Termo: 73630

Certifico que no livro, folha e termo supra foi registrado o assento referente ao falecimento de:

REGISTRO CIVIL 1.º SUBDISTRITO José Thadeu Machado Cobucci

OFICIAL Galeria Constança Valadares, 1º Andar Julz de Fora - MO

Nome.....: ANA MARIA NEVES LIMA//

Sexo..... feminino//

Cor..... Branca//

Natural de...: Descoberto - MG//

Residência...: rua Aristóteles Fabrino, 23 Previdenciários, Juiz de Fora - MG//

Estado Civil..: solteira //

Profissão: do lar//

Idade..... 38 anos//

Fillação....: JOÃO CARLOS LIMA e HERCILIA EMILIA NEVES LIMA//

Ocorrido aos.: 09/08/2006 (nove de agosto de dois mil e seis), às seis horas e cinquenta minutos (06:50), no (a) HPS - Hospital Pronto Socorro - Mozart Teixeira, Juiz de Fora - MG//

Causa Morte...: Falência de Múltiplos Órgãos, Choque Cardiogênico, Febre Hemorrágica//

Médico atestante.: Dr(a). Natalia Maria da Silva Fernandes Suassun, CRM a 26498.//

Registro feito: 09 de agosto de 2006//

Foi declarante: JCAQUIM GERALDO NEVES LIMA//

Deixou bens? não - Deixou Testamento? não

Era Eleitor(a)? sim - Deixou filhos? sim - O1 filho: Renato

Sepultamento..: Cemitério de Juiz de Fora - MG.//

OBSERVAÇÕES: NADA MAIS.

O referido é verdade e dou fé.

Juiz de Fora - MG, 10 de agosto de 2006.

MSE TRADED NACHADO EDBUCCI Oficial Registro Civil





CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA

Reservado a AAI

CONSULTA SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO

CONSULTA SOBRE DENOMINAÇÃO DE LOGRA

Carlos Alborto do Mollo - Sorgento Mello - Carel

Data

Carlos Alberto de Mello – Sargento Mello -Ca	asal-		14/07/2020						
IDENTIFICAÇÃO DO LOGRADOURO									
Bairro	mento	1 (CATOMIC Chief was about the	TIPO (Rua, Praça, Etc)						
São Geraldo			Rua						
Nome Atual ou Ponto de Referência		可以表现的							
Popularmente conhecida como rua "D1", no									
OBS: Primeira rua sem saída à esquerda su Previdenciários, anexo croqui do local.	ubindo a	rua Albino Bento	Vasconcelos, sentido bairro						
Trevidencianos, anexo croqui do local.			*						
Nome Proposto									
Rua: Maria das Dores Batista.									
À AAI – Sra. Assessora		À DPU/GERUF	RB – Sr.Gerente						
	esquisa	Solicito opina	ır se a denominação de						
necessária para encaminhamento da pracima.	oposta	logradouro indi	cada acima poderá ser						
\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \		adotada.							
Em 13/07/2020		Em / / 20)						
1 de la									
Carlos Alberto de Mello			Secretaria de Governo						
			Octobalia de Coverno						
PESQU Logradouro já tem denominação		ALIZADA	Desperatual walls are with						
		nento Aprovação	Responsável pela pesquisa						
não	nã	0	Pesquisa inclui dados em anexo						
sim, Lei nº de	sir	n							
A denominação proposto foi etribuído - cuto		Contract and the state of the s	não						
A denominação proposta foi atribuída a outro			sim						
não Loteamento			Em//						
sim Bairro									
Tipo (Rua, Praça etc)			Carimbo e Assinatura						
SGAI – Sr. Secretário		Ao Vereador							
À vista da pesquisa reglizada entenda	au a								
À vista da pesquisa realizada, entendo denominação	que a	Informo conclu	são de pesquisa realizada a						
		pedido de V. Exa							
☐ é viável. ☐ não é viável.	Em/_	Ī							
Em/									
			Secretário de Governo						

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE MINAS GERAIS



CERTIDÃO DE ÓBITO

MARIA DAS DORES BATISTA

MATRÍCULA: 0562180155 2014 4 00135 295 0096334 41

		- 10 mm - 10 m		3004 41	
SEXO feminino //	COR Branca //		ESTADO CIVIL E IDAD		
NATURALIDADE Juiz de Fora - MG //			CUMENTO DE IDENTIFICA -12980786 SSP - MG	ÇÃO	ELEITOR não era eleitora //
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA			As visited and		
BENJAMIM MAURICI Clovis Seroa da Mota,	O RODRIGUES (1 , 19 São Geraldo e	falecido) e em Juiz de	LAURENTINA CANDI Fora - MG //	DA DE JESUS	S (falecida), Rua
DATA E HORA DE FALEC	VOID 1801 1801 1802 1800 1		2		DIA MÊS ANO
vinte de março de dois	s mil e quatorze às	s 14:50 hor	ras //		20/03/2014 //
LOCAL DE FALECIMENTO)		9		
Santa Casa de Miserio	córdia em Juiz de	Fora - M S	#	-1-	
CAUSA DA MORTE					
Insuficiência Respirató	oria, Doença Pulm	onar Obstr	utiva Crônica, Hipertei	nsão Arterial. I	Diabetes Melitus //
SEPULTAMENTO/CREMA				DECLARANT	
Cemitério N.S.Apareci					SONZAGA PEREIRA //

Walter de Campos Filho CRM:25441 //

NOME E NÚMERO DO DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO

OBSERVAÇÕES AVERBAÇÕES

Deixou 05 filhos: Lucilia Maria, Marcio Luiz, Domingos José, Jorge José e Marcilio José, Ignora se deixou bens, não deixou testamento, nascido(a) em 20/04/1935, casada com Marcilio Gomes Batista. Herdeiros menores ou interditos: não. AFJ81287 NADA MAIS. //

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS, INTERDIÇÕES E TUTELAS 1º SUBDISTRITO Oficial: JOSÉ THADEU MACHADO COBUCCI Substituto: Frederico Moutinho Laguardia dos Santos Glr. Constança Valadares, 216, Centro Juiz de Fora-MG www.cartoriocobucci.com.br

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé. Juiz de Fora MG, 21 de março de 2014

Assinatura do Oficial

REGISTRO CIVIL

1° SUBDISTRITO

1° SUBDISTRITO

José Thadeu Macha

OFICIAl Boltonido Color Color